

ARTIGO

ESTUDO DAS ABORDAGENS SOBRE O “MASSACRE DO CENTRO CÍVICO” NAS REVISTAS CARTA CAPITAL E REVISTA FÓRUM

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

Universidade Estadual Paulista, Bauru-SP, Brasil

ORCID: orcid.org/0000-0002-2132-4616

ANA CRISTINA CONSALTER AMÔR

Universidade Estadual Paulista, Bauru-SP, Brasil

ORCID: orcid.org/0000-0002-1657-4768

PRISCILA SANTANA CALDEIRA

Universidade Estadual Paulista, Bauru-SP, Brasil

ORCID: orcid.org/0000-0002-7061-4601

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n2.2018.1020>

RESUMO – Este artigo analisa, por meio da análise de conteúdo, a cobertura realizada pelas revistas *Carta Capital* e *Revista Fórum* sobre o “Massacre do Centro Cívico”, ocorrido em 29 de abril de 2015, em Curitiba/PR. Especificamente, o estudo objetivou verificar como esses veículos representaram o episódio em questão, que alcançou grande repercussão em todo o Brasil devido a trucidante repressão aplicada pela Polícia Militar do Paraná. Optou-se pela versão online das revistas semanais *Carta Capital* e *Revista Fórum*, pois se apresentam como plurais e propõem uma análise positiva de movimentos sociais e ações coletivas. Ambas as revistas assumiram posturas editoriais positivas em relação à manifestação dos professores e suas motivações, bem como de maneira negativa a trucidância policial no dia fatídico de abril de 2015.

Palavras-chave: Mídia alternativa. Movimentos sociais. *Carta Capital*. *Revista Fórum*. Massacre do Centro Cívico.

ESTUDIO DE LOS ENFOQUES SOBRE EL “MASACRE DEL CENTRO CÍVICO” EN LAS REVISTAS CARTA CAPITAL Y REVISTA FÓRUM

RESUMEN – Esta ponencia analiza, por la metodología del análisis de contenido, la cobertura realizada por las revistas *Carta Capital* y *Revista Fórum* sobre el “Masacre del Centro Cívico”, ocurrido en 29 de abril de 2015, en Curitiba/PR. Esa investigación objetivó comprobar como los vehículos representaron el episodio en cuestión, que alcanzó gran repercusión en todo Brasil debido a la trucidante aplicada por la Policía Militar del estado

de Paraná. Se optó por la versión online de las revistas semanales *Carta Capital* y *Revista Fórum*, pues se presentan como plurales y proponen un análisis positivo de los movimientos sociales y acciones colectivas. Las dos revistas asumieron posturas editoriales positivas en relación con la manifestación de los profesores y sus motivaciones, y representó de manera negativa la truculencia policial en el aquel día de abril de 2015.

Palabras clave: Medios alternativos. Movimientos sociales. Carta Capital. Revista Fórum. Masacre del Centro Cívico.

STUDY OF THE APPROACHES ON THE “CIVIC CENTER MASSACRE” IN MAGAZINES *CARTA CAPITAL* AND *REVISTA FÓRUM*

ABSTRACT – This article analyzes, through content analysis, the coverage made by *Carta Capital* and *Revista Fórum* magazines about the “Civic Center Massacre”, held on April 29, 2015 in Curitiba/PR. Specifically, this study aimed to check how these vehicles represented the episode in question, which reached great repercussion throughout Brazil due to the truculent repression applied by the Military Police of Paraná state. We chose the online version of the weekly magazines *Carta Capital* and *Revista Fórum* since they present themselves as plurals and propose a positive analysis of social movements and collective actions. Both magazines assumed positive editorial positions regarding teachers’ manifestations and their motivations, as well as, in a negative way, the police truculence on the fateful day of April 2015.

Keywords: Alternative media. Social movements. *Carta Capital*. *Revista Fórum*. Civic Center Massacre.

Introdução

A sociedade está em constante transformação e a mídia apresenta-se como elemento importante na construção e disseminação de novos olhares e modos de vida, resignificando o universo a nossa volta. A mídia e os mais diversos veículos de comunicação contribuem para a construção e sustentação de uma consciência e de uma identidade, seja individual ou coletiva. É um elemento estruturante de subjetividades e possui influência na constituição de uma esfera pública, atuando na produção de sentidos e na configuração de narrativas que transmitem o capital simbólico.

Os veículos de comunicação de massa, representados pelos conglomerados de mídia, criam e disseminam conteúdos e representações muitas vezes pautadas em interesses de indivíduos ou grupos privados, interesses industriais e financeiros e de classes sociais, influenciando drasticamente os processos políticos e sociais em nosso país. A mídia tem um papel importante na construção da

opinião pública e é capaz de atribuir visibilidade aos fatos e descrevê-los a seu critério, sendo ela a maior – e muitas vezes a única – fonte de informação da população em geral. Por essa razão, influencia na formação simbólica, ideológica e política dos indivíduos, sendo representativa na mobilização e desmobilização dos movimentos sociais. Nesse sentido, contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos movimentos sociais e dos ativistas.

Em contraponto, temos as mídias alternativas, que não estão vinculadas economicamente aos grandes conglomerados midiáticos, que assumem relevância na sociedade pelo fato de proporcionar a diversidade, além de mostrar autonomia diante dos grandes conglomerados de comunicação. As mídias alternativas são grandes aliadas dos ativistas e dos movimentos sociais. Nesse sentido, à medida que o veículo cumpre uma agenda mínima de movimentos sociais e manifestações da sociedade civil, confere voz e visibilidade às minorias.

Os movimentos sociais se configuram em fontes de inovação, geradoras de saberes e possuem caráter democrático e cidadão, justificando a realização de análises que privilegiem o foco sobre as redes de articulações e de comunicação estabelecidas pelos sujeitos em sua prática cotidiana. Eles promovem a democratização das relações sociais e são capazes de redefinir papéis sociais, discursos e identidades. O Brasil é marcado por uma história recente de ditadura militar (1964-1985). Estamos aprendendo a viver em democracia e esse não é um processo rápido, tampouco simples. É verdade, porém, que hoje o povo brasileiro tem maior possibilidade de participação, mas a herança da ditadura ainda se faz presente, contrastando com a busca pela democracia efetiva (Luvizotto, 2016, p. 297). Nesse sentido, pode-se dizer que o ativismo e os movimentos sociais são mecanismos de fortalecimento do convívio em sociedade. Observa-se uma mudança na configuração do ativismo e dos movimentos sociais na atualidade, em grande parte atribuída ao papel dos meios de comunicação, especialmente da internet.

Inúmeros são os movimentos sociais que figuram em nosso país. Neste artigo, destaca-se um episódio marcante, observado no ano de 2015 na cidade de Curitiba, no Paraná: um movimento grevista de trabalhadores, professores e servidores públicos do estado do Paraná, que vivenciaram aquilo que ficou conhecido como “Massacre do Centro Cívico”. Curitiba é a capital do estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, que conta com quase 12 milhões de habitantes (IBGE 2016) e é considerado o quinto estado mais rico do país, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do

Sul (IBGE 2016). Segundo dados divulgados pela Prefeitura Municipal de Curitiba¹, o desenvolvimento recente da cidade foi marcado pela presença marcante da indústria, o que agregou força ao perfil econômico, somando esforços às atividades comerciais e do setor de serviços. A cidade possui quase 2 milhões de habitantes, segundo dados do último censo demográfico (2010) e é considerada uma cidade planejada, chegando a ser premiada internacionalmente nos quesitos gestão urbana, meio ambiente e transporte coletivo.

Em 29 de abril de 2015 o “Massacre do Centro Cívico” deixou mais de 200 servidores públicos e professores do estado do Paraná feridos por policiais militares, que formavam um cerco ao prédio da Assembleia Legislativa, em Curitiba. O aparato policial atacou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para impedir que houvesse intervenção na votação do projeto de lei que propunha mudanças no sistema previdenciário dos servidores estaduais, o qual naquela mesma tarde foi aprovado pelos deputados.

A partir deste episódio, que representa uma afronta do direito à greve e repressão aos direitos humanos, o presente artigo objetivou analisar o conteúdo da cobertura do “Massacre do Centro Cívico” por dois veículos de comunicação brasileiros, a versão online das revistas semanais *Carta Capital* e *Revista Fórum*, pois se apresentam como plurais e propõem uma análise positiva de movimentos sociais e ações coletivas.

Para proceder a essa análise faz-se necessário, inicialmente, discorrer sobre o conceito de movimentos sociais e sua relação com a mídia. Uma reflexão sobre mídia é apresentada, procurando evidenciar as principais características das revistas objeto de estudo deste artigo. Na sequência, o “Massacre do Centro Cívico” é descrito com vistas a elucidar o episódio que será analisado na abordagem jornalística dos veículos em questão. Após apresentar essas considerações, analisa-se a cobertura feita pelos veículos de comunicação alternativos, *Carta Capital* e *Revista Fórum*, sobre o “Massacre do Centro Cívico”.

Mídia e movimentos sociais

Os movimentos sociais são ações coletivas caracterizadas pelo ajuntamento de pessoas que se identificam em torno de uma causa ou demanda específica. Possuem uma estrutura, uma sociabilidade e mecanismos de ação próprios de acordo com cada época e circunstância. É por meio das ações empreendidas pelos

movimentos e pelos ativistas que suas demandas, ideologias, críticas ou denúncias são apresentadas para a sociedade (Luvizotto, 2016; Gohn, 2012; Scherer-Warren, 2014).

A opinião pública é um elemento importante para a legitimação dos movimentos sociais, pois eles precisam que a sociedade compreenda suas demandas e estratégias de ação. A sociedade precisa discutir, debater e manifestar-se sobre as reivindicações do movimento social para que ele tenha legitimidade e seja reconhecido como uma mobilização cidadã. Nesse sentido, os meios de comunicação são elementos importantes na relação entre a sociedade e os movimentos sociais, pois os conferem visibilidade difundindo suas informações, além de promoverem o fortalecimento dos vínculos identitários e de pertencimento entre os cidadãos e as causas do movimento social, possibilitando a participação e o engajamento. Diante disso, é fundamental que a imprensa reconheça a diversidade, a pluralidade de sujeitos sociais da nossa sociedade.

Para Maria da Glória Gohn (2011) os movimentos sociais “realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (Gohn, 2011, p. 336). Tais ações são potencializadas pela organização e pelo discurso presentes ou até permanentes que permeiam um movimento social e são fortalecidas pela utilização de ferramentas online, as quais atingem um número maior de pessoas, o que possibilita uma maior participação político-social.

No Brasil, segundo Gohn (2012), os movimentos sociais ganharam ressonância nas últimas três décadas. Por isso a abordagem da autora concentra-se a partir da década de 1990, período de intensas mudanças no processo de desenvolvimento brasileiro, as quais abarcaram novas estratégias de intervenção social para enfrentar a chamada “capacidade reguladora de mercado”, além do crescimento da economia informal (Gohn, 2012, p. 222). “As relações de trabalho deixam de ser o principal foco das lutas dos trabalhadores. A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego” (Gohn, 2012, p. 222). A partir da década de 1990, segundo a autora, os movimentos tornaram-se mais qualificados e estruturados, com ações motivadas com mais organização e menos pressão, que trouxeram, sobretudo, uma nova cultura e contribuições dos diferentes tipos de movimentos para o processo de democratização do país para reconstrução de valores democráticos.

Buscando compreender as formas de lutas dos cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos imersos na coletividade, Ilse Scherer-Warren (2014, pp. 14-15), outra estudiosa de movimentos sociais, estabeleceu sua análise de acordo com as modalidades de organização e os dividiu em cinco categorias:

– Categoria 1: “Movimentos sociais organizados”. Objetivam mudança política, social ou cultural, possuem organização institucional e buscam estabelecer sua continuidade. Realizam manifestações públicas e protestos para disseminar suas reivindicações. Pode-se citar como exemplo o Movimento Passe Livre.

– Categoria 2: “Manifestações ou Marchas dos Movimentos Sociais”. Caracterizados principalmente pelo uso de marchas públicas, sejam elas ocasionais ou regulares. Como exemplo, pode-se citar a Marcha Mundial das Mulheres.

– Categoria 3: “Manifestações amplas da cidadania e/ou dos ‘indignados’”. Grupos organizados de modo heterogêneo e diverso, que protestam sobre as mais diversas causas. A mobilização ocorre, em grande parte, pelo meio virtual e redes sociais. Como exemplo dessa categoria de movimentos sociais pode-se citar a Primavera Árabe de 2011.

– Categoria 4: “Manifestações-Bloqueio ou Formas de Ação nas ruas”. Grupos menores que se organizam para se manifestar em mobilizações maiores. Geralmente possuem princípios ideológicos, sendo comum a presença de ideias anarquistas. Exemplo disso são os Black Blocs.

– Categoria 5: “Ação-Manifesto Sociocultural”. Sua característica é atuar coletivamente em espaços públicos para divulgar direitos socioculturais de parcelas excluídas, marginalizadas ou não reconhecidas na sociedade. O Grito dos Excluídos é um exemplo dessa categoria.

Com a subdivisão dos movimentos sociais em torno dessas temáticas, é possível constatar os vários campos possíveis de análise para um fenômeno social presente ao longo da história.

A articulação do movimento grevista dos servidores do Paraná feita pelo APP-Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) teve como principal característica a tentativa de organizar o movimento social. Destaca-se, também, a atuação de outros sindicatos que aderiram à paralisação: Assuel (Sindicato dos Técnicos-administrativos da Universidade Estadual de Londrina), Sinteemar (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá),

Sintespo (Sindicado dos Técnicos e Professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa), Sindiprol (Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região), SESDUEM (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá) e Sinduepg (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Cidadãos mobilizados e os movimentos sociais têm desempenhado papel fundamental na história das mudanças sociais porque criam uma comunidade, constituindo proximidade, assumem e ocupam o espaço, reivindicando a cidade e o que ela pode proporcionar, criam verdadeiro espaço de deliberação e de tomada de decisões ajustadas aos interesses comuns. Diante disso, apresenta-se a seguir considerações acerca da cobertura jornalística de magazines e veículos de comunicação alternativos.

Cobertura jornalística e os veículos *Carta Capital* e *Revista Fórum*

Podemos observar que o espaço destinado para os movimentos sociais nos veículos de comunicação ligados a grandes empresas midiáticas ainda é pequeno e as coberturas frequentemente criminalizam os movimentos sociais e seus integrantes. Essa é uma prática histórica. É possível verificar que, de forma recorrente, um movimento social vira notícia quando suas ações possuem ressonância nacional e, por vezes, a imprensa apresenta uma perspectiva unilateral, ligada aos interesses políticos, econômicos e ideológicos dos grupos que detêm a concentração do poder e dos veículos de comunicação. O componente ideológico está presente na maneira como os fatos são apresentados, não contemplando a multiplicidade de sujeitos envolvida no processo, numa tentativa de interferir na opinião pública, privilegiando determinados grupos sociais em detrimento dos cidadãos que reivindicam mudanças. O monopólio ou o oligopólio dos meios de comunicação presta um desserviço para a democracia.

Na contramão, algumas iniciativas aparecem ligadas a veículos de comunicação independentes das grandes corporações midiáticas. Nesses veículos, é possível perceber uma presença maior dos movimentos sociais em interlocução com a sociedade. Mas o alcance desses veículos de comunicação é pequeno e, por vezes, regional. Aqueles que possuem alcance maior também não conseguem superar o alcance da grande mídia.

Segundo Pontes (2015), o jornalismo tem sido considerado pelos movimentos sociais uma prática inimiga, como um sistema de propriedade concentrado, considerações que nos permitem “ponderar que o exercício do jornalismo guarda uma importância e um potencial que transcendem essa situação de dominação política” (Pontes, 2015, p. 83). Nesse sentido, torna-se fundamental perceber como os veículos de comunicação se comportaram diante de um evento que chocou a sociedade pela violência empregada durante as manifestações.

Vilas Boas (1996) divide as revistas em três grupos estilísticos: as ilustradas, as especializadas e as de informação-geral. Distantes do jornalismo praticado nos jornais diários, elas tendem a estender a cobertura jornalística, que se preocupa mais com a contemporaneidade e atualidade. O jornalista deve se empenhar ao máximo para garantir o interesse constante do leitor. Para tanto, a capa é produzida com “atrativos de uma embalagem”. O texto é organizado em tópicos frasais, e a abertura das matérias é quase sempre uma narrativa climática, ou seja, trata-se de abordar o assunto, não o fato. A notícia deve ser explorada de um modo mais amplo e interpretativo.

As revistas em questão, *Revista Fórum* e *Carta Capital* caracterizam-se pela confrontação à estrutura monopolizada da grande mídia, a qual segundo Moraes (2010) fabrica o consenso de modo a insistir que não há saída fora dos pressupostos neoliberais. Citando Xavier (2009) “o alternativo estabelece uma forma diferenciada de comunicação, especialmente porque se destaca a partir de um grupo que quer expor ideia e atividade que não fazem parte do universo contemplado pelos veículos considerados de grande massa” (Xavier, 2009, p. 149). Considerando que essas revistas não possuem vinculação econômica com os grandes conglomerados midiáticos brasileiros, que se posicionam contra a política neoliberal e por serem mais plurais e comprometidas, segundo elas mesmas, com as minorias e os marginalizados, este estudo vai enquadrá-las como veículos de comunicação alternativos.

O jornalismo alternativo, com o objetivo de propor uma reconstrução da esfera pública, apresenta uma perspectiva a partir dos valores “da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos” (Oliveira, 2009, p. 6). De acordo com Oliveira, não se trata apenas de defender os valores da democracia institucional,

mas que rompe com o cerco da agenda de fontes oficiais, “pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito consumidor” (Oliveira, 2009, p. 6).

A mídia alternativa, denominada de “radical” por Downing (2002), é em geral de pequena escala. No entanto, Atton (2001) afirma que ela não se expressa apenas pela forma diferenciada de produção e distribuição. Sua radicalidade pode ser interrogada pelo caráter multidimensional, sendo uma perspectiva que privilegia a sobreposição e intersecção de dimensões. O jornalismo alternativo rompe com a lógica de que o receptor seja um mero consumidor das mensagens.

Inspirada no Fórum Social Mundial, a *Revista Fórum* foi lançada com a cobertura do primeiro evento, que aconteceu em janeiro de 2001 em Porto Alegre. “Foi lá na Porto Alegre daqueles que sonhavam um outro mundo possível que a *Revista Fórum* nasceu. Não é a publicação oficial do FSM, mas a revista traz no seu DNA a força dos movimentos e a certeza de que é na multiplicidade de vozes que se faz um mundo melhor” (Sobre a Revista, 2016).

A revista impressa circulou mensalmente até dezembro de 2013, com uma venda de 20 a 25 mil exemplares. Desde janeiro de 2014 a *Revista Fórum* tornou-se digital. Na página institucional, o periódico informa a preocupação em trazer nas reportagens e entrevistas uma visão de mundo diferente dos meios de comunicação tradicionais.

A revista *Carta Capital* completou 21 anos em 2015. É uma publicação da Editora Confiança, que nasceu em 2001, com o jornalista ítalo-brasileiro, Mino Carta, quando a revista ainda era quinzenal. Em sua página institucional, a editora se posiciona como uma empresa que acredita no jornalismo de qualidade e independente, e destaca que a base de todo o seu trabalho está no compromisso com seus leitores, telespectadores e parceiros comerciais em todas as plataformas.

Com uma tiragem de 75 mil exemplares, tem por hábito noticiar os desdobramentos dos fatos em vez de silenciá-los e comporta-se na maioria das vezes de maneira contrária ao posicionamento dos grandes meios de comunicação. Diferente das outras revistas tradicionais, a *Carta* defende que os meios de comunicação devem desvelar-se e assumir publicamente suas afinidades político-partidárias porque entende que assim a relação com o leitor é mais honesta e autêntica, segundo informações da própria revista (www.cartacapital.com.br). Estudos realizados por Fiorucci (2011) e Rocha, Jacobus e Cavalvanti (2011) enquadram a revista *Carta Capital* como um veículo de comunicação alternativo.

Percebe-se a importância dos veículos de comunicação para os movimentos sociais e para a sociedade civil organizada de modo geral. A seguir, apresenta-se o episódio de 29 de abril de 2015, que ficou conhecido como “Massacre do Centro Cívico” na cidade de Curitiba/PR.

O “Massacre do Centro Cívico”

Para contextualizar a cobertura das manifestações dos trabalhadores paranaenses pelos meios alternativos de comunicação em questão foi imprescindível abordar o tema dos movimentos sociais, visto que foi o movimento grevista dos servidores públicos do Paraná que durante cerca de três meses denunciou o descaso do governo do Estado com a área da educação e envolveu mais de 250 mil servidores. O movimento mobilizou diversas manifestações, passeatas, atos públicos e enfrentamentos, sendo o mais representativo deles o “Massacre de 29 de abril”, quando as mobilizações de professores e servidores foram reprimidas com violência por parte da Secretaria de Segurança Pública.

A categoria do funcionalismo público realizou duas grandes paralisações em 2015, motivadas contra a aprovação de um pacote de medidas que visava à contenção de gastos e a consequente redução de benefícios do funcionalismo. No total, a primeira e segunda fases da paralisação somaram 73 dias corridos e 49 dias letivos.

No protesto contra a aprovação do projeto de lei nº 252/2015 que afetava os direitos do funcionalismo público, os professores acamparam no Centro Cívico da capital paranaense, onde se localiza a Assembléia Legislativa (Alep) e a sede do governo. Segundo o projeto, o regime de previdência social de mais de 34 mil aposentados com mais de 73 anos seria alterado para o Fundo Previdenciário. As medidas permitiriam a apropriação de R\$8 bilhões do Fundo Previdenciário dos professores por parte do Estado, pois o dinheiro seria utilizado para saldar as dívidas da gestão anterior do mesmo governador, Beto Richa.

É importante esclarecer que o Brasil é constituído por uma federação de estados que, apesar de submeterem-se a uma Constituição comum, possuem direitos assegurados (Dallari, 1986), como por exemplo, o de propor projetos de lei para definir questões como as da previdência social. Outro esclarecimento relevante para a compreensão do cenário apresentado no “Massacre” é sobre o governador do estado

do Paraná, Beto Richa. Carlos Alberto (Beto) Richa assumiu o governo do estado do Paraná em 2011 e foi reeleito em 2014, estando no poder até a presente data, 2017. Antes de ser governador do Estado, Beto Richa foi prefeito da cidade de Curitiba (de 2005 a 2010) e ocupou outros cargos, como por exemplo, o de deputado estadual do Paraná com dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2001 e é filiado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). O PSDB foi fundado em 1988 e, de acordo com Zucco Jr. (2007), caracteriza-se por ser um partido de centro-esquerda, mas que comumente é classificado por intelectuais de esquerda como sendo centrista, a partir das posturas liberais que propõe, como por exemplo, a participação mais livre das organizações empresariais e a maior participação de investidores estrangeiros.

Em 29 de abril, quando os deputados estaduais decidiram votar o projeto de lei nº 252/2015, foi montado um cerco no prédio da Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba, com aproximadamente 4.800 policiais militares, segundo Gadine (2015). A medida foi justificada pelo governo do Estado como cumprimento a uma decisão judicial que previa autorização do uso de força policial caso houvesse ocupação da Casa, como ocorreu no mês de fevereiro, quando servidores evitaram a votação de um pacote de ajuste fiscal.

Por volta das 14 horas, os policiais dispersaram com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cães os manifestantes acampados, mesmo depois de eles terem recuado. O confronto teria se iniciado devido à tentativa de um grupo ultrapassar a área de isolamento.

Ainda durante o bombardeio, os deputados aprovaram as mudanças na ParanaPrevidência e o projeto de lei foi sancionado pelo governador Beto Richa menos de 24 horas após o protesto, que deixou mais de 200 pessoas feridas. Trata-se de um episódio de relevância para a história dos movimentos sociais e sindicais.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa foi realizada a partir da análise de conteúdo da cobertura das revistas *Carta Capital* e *Revista Fórum* acerca das manifestações dos servidores públicos do estado do Paraná. Especificamente, a análise se concentra no evento, que aconteceu no dia 29 de abril de 2015, ficou conhecido como o “Massacre do Centro Cívico”. A análise se voltou para a versão online das revistas semanais *Carta Capital* e *Revista Fórum*. O período de

análise foi de 28 de abril a 5 de maio de 2015, porque delimita a batalha impetrada contra os profissionais da educação, episódio que causou indignação e apoio da sociedade brasileira.

Utilizou-se as proposições de Laurence Bardin (2009) sobre Análise de Conteúdo (AC) como metodologia, abrangendo as etapas de exploração das revistas e a catalogação dos conteúdos relacionados à temática citada, leitura e a interpretação dos dados. Também se utilizou o modelo metodológico proposto por Lopes (2003) no que diz respeito às quatro fases da investigação: (1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição; (4) interpretação.

As matérias em questão foram identificadas e, em seguida, foi realizada uma leitura flutuante daquelas que abordam de alguma maneira as manifestações estudadas. A leitura flutuante, conforme Bardin (2009), é uma leitura preliminar do material, a fim de reconhecê-lo e identificar aspectos mais importantes e mais relevantes. É neste momento que as categorias foram identificadas. Elas proporcionaram maior “rendimento” analítico, enfocando pontos que suscitam mais contrastes na análise de conteúdo e sugerem mais as inclinações dos textos.

Assim, após a leitura flutuante, foi possível identificar as seguintes categorias de análise de conteúdo, definidas com base nos conteúdos trazidos pelas matérias: 1) razões do movimento e 2) respostas das autoridades.

Com as categorias estabelecidas foi possível estruturar a análise a partir de aspectos comuns às notícias que, claramente, trouxeram informações acerca desses dois eixos, ou seja, sobre o porquê da mobilização e dessas manifestações e como as autoridades se posicionaram diante do evento.

Depois de identificar e estabelecer as categorias de análise, observou-se sistematicamente cada uma delas e como foram representadas nos textos, títulos, legendas, destaques, identificando e fazendo uma relação dos substantivos, adjetivos, frases, metáforas e ironias com o objetivo de construir uma lista de expressões relativas a elas.

Em seguida, iniciou-se o processo de descrição do material, caracterizando de maneira geral as reportagens. Foram utilizados mecanismos de seleção e ênfase de informações na construção do texto e com base nesses elementos, a pesquisa delimitou a produção de sentido dada por esses conteúdos.

Finalmente, chegou-se à fase de interpretação, na qual foram confrontados os dados/resultados com os conceitos teóricos que fundamentam a investigação.

Análise da revista *Carta Capital*

A revista *Carta Capital* apresentou três matérias dentro do contexto e do período analisado. A matéria “Um dia triste para os professores do Paraná”, veiculada no dia 29 de abril, está na seção Sociedade e na subseção Violência policial. Traz o subtítulo “Repressão policial fere 200 em ato contra um projeto de Beto Richa (PSDB) que altera a previdência estadual”. Relata que os mais de 2 mil policiais que cercavam os prédios da Assembleia Legislativa do Paraná, na tarde do dia 29 de abril, quarta-feira, reagiram às manifestações dos professores. Estes foram impedidos de acompanhar a votação do Projeto de Lei que altera a previdência estadual.

A reportagem descreve com detalhes as formas de repressão, a quantidade de feridos e a situação dos hospitais. Indica, também, que o confronto estava se constituindo desde o fim de semana, com grande presença de policiais. Richa teria recuado e retirado o projeto da pauta, mas retornou de forma determinada, inclusive para intensificar a repressão.

Com o projeto aprovado e a truculência policial evidente, o episódio teria repercutido em todo o estado e também em todo o Brasil. “O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, determinou a instauração de procedimento destinado a apurar responsabilidades por ‘eventual excesso’ na repressão das manifestações desta quarta-feira”.

De fato, a reportagem já inicia sua avaliação com descrição intensa dos fatos que se sucederam neste dia emblemático. Essas descrições enfatizam as ações violentas da Polícia Militar em números e táticas, e as consequências que causaram, além da postura do governo do Paraná em relação ao projeto de Lei em questão e sua resposta para as manifestações que se desenhavam nas ruas.

Foram duas horas de confronto, quando “as ruas se transformaram em um cenário de guerra”, com 2 mil policiais e 1,5 mil manifestantes envolvidos, mais de 200 feridos e oito feridos em estado grave. “Policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e jatos d’água contra os manifestantes”.

Em relação à motivação do movimento, a revista apenas cita quais seriam as insatisfações diante da nova lei, mas não explora esse contexto.

A reportagem investe nos excessos da repressão policial, quando finaliza constatando a repercussão negativa do evento em todo o Brasil e que, inclusive foi classificado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do estado do Paraná como um “verdadeiro massacre”, com “eventuais excessos”, quando, na verdade, deveria apenas garantir a segurança dos manifestantes e conter eventuais infrações.

A segunda matéria “O governo Richa desmancha-se no ar”, veiculada no dia 30 de abril, na seção Política, apresenta o subtítulo “É cedo para prever o futuro político daquele que já foi uma promessa tucana, mas o governador pode ter selado sua sorte entre balas de borracha e bombas de gás”.

De acordo com o conteúdo, o governo Richa “se esfacela”. Mesmo com aprovação de 64% logo após sua reeleição, o governador chegou, 60 dias depois, em seu maior índice de rejeição: 70%.

Há ainda destaque para o episódio no qual Richa tentou impor um pacote de medidas econômicas e acabou enfrentando mais de 50 mil servidores nas ruas de Curitiba. O governo ainda foi acusado de possível cumplicidade em esquemas de extorsão e corrupção comandados por um “primo distante”. O governador também teria provocado caos nas finanças do estado em dívidas com fornecedores, tentando sangrar a poupança previdenciária para recompor o déficit.

Sobre o episódio do Centro Cívico, o texto destaca que “a partir de agora, os manifestantes estariam apenas defendendo seus interesses de maneira pacífica, mas Richa teria culpado os manifestantes pela batalha”. A matéria qualifica sua declaração como cômica e o governador como uma pessoa sem bom senso, equilíbrio e responsabilidade. Segundo esse material, “O episódio da Praça Nossa Senhora da Salete ficará na história e o governador Beto Richa marcado como seu algoz”.

De fato, é possível considerar que em relação às categorias de análise, primeiramente, a matéria desqualifica a atuação recente do governo dando legitimidade às manifestações, ou seja, às razões do movimento. A reportagem considera que o governo errou, atuou de maneira nociva e estaria agora colhendo os frutos de sua administração duvidosa e que os manifestantes estariam apenas defendendo interesses, possivelmente lesados com a aprovação do Projeto de Lei. “O futuro dos funcionários públicos paranaenses estará seriamente comprometido”, destaca. Sobre a manifestação: “O protesto, além de pacífico, procedia. Os servidores só queriam defender seus interesses contra os desmandos do governador”.

Por sua vez, sobre a repressão, o conteúdo trata de maneira negativa a forma como os manifestantes foram contidos. Policiais “fortemente armados” teriam transformado o espaço numa “verdadeira praça de guerra”, o que a matéria classifica como “beligerância” e “verdadeiro massacre”.

Enfim, a terceira matéria da *Carta*, de 29 de abril de 2015, “Violência da PM deixa mais de 200 feridos no Paraná”, está na seção Sociedade e traz o olho “Polícia usou balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e jatos d’água contra manifestantes”. O texto faz uma

breve, mas muito detalhada descrição do que teria sido a repressão da Polícia Militar do Paraná. Relata táticas de repressão (cachorros, balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e outros), que teriam deixado mais de 200 feridos e ao menos oito pessoas em estado grave.

Há destaque para a informação de que 17 policiais militares teriam sido presos por se recusarem a participar do cerco aos professores em Curitiba.

O conteúdo, enfim, trata especificamente da categoria Repressão, embora cite a motivação dos manifestantes, sem dar mais destaque para isso. A repressão, na verdade, é explorada. Mesmo de maneira breve, o conteúdo condena a violência aplicada pela polícia a pedido do governo destaca essa truculência de maneira negativa por meio de fotos e na descrição das táticas utilizadas.

Análise da *Revista Fórum*

A *Revista Fórum* publicou sete matérias, no período de 28 de abril a 5 de maio de 2015, porém uma delas, por se encaixar no gênero opinativo, não foi contabilizada. Seis publicações são foco desta análise.

Na matéria de 28 de abril, portanto, antes do dia do “Massacre”, intitulada “Professores são agredidos pela polícia no Paraná”, o texto relata o motivo da agressão da polícia militar contra os professores em greve nos arredores da Assembleia Legislativa do Paraná. O subtítulo: “Foram usados spray de pimenta e bombas de gás em ação truculenta da polícia militar contra os manifestantes, que tentam pressionar os deputados estaduais a não aprovar as mudanças na previdência de servidores propostas pelo governador Beto Richa (PSDB)” enfatiza os elementos utilizados para reprimir o movimento.

O confronto aconteceu devido à PM evitar a passagem de um caminhão de som do Sindicato dos Professores (APP-Sindicato) que se dirigia para frente da Alep. “Foi usado spray de pimenta e bombas de gás contra manifestantes, que tentam pressionar os deputados estaduais a não aprovar as mudanças na previdência de servidores propostas pelo governador Beto Richa (PSDB)”.

Ao final do texto, há o hiperlink de acesso aos vídeos que denunciam a truculência da PM contra os manifestantes, que resultou no ferimento de oito pessoas. O conteúdo trata da categoria Repressão, com a ênfase nas palavras: agressão e truculência.

No dia 29 de abril, o portal publica matéria com o título: “Cinegrafista

da Band é atacado por pitbull da PM no Paraná”, na qual detalha informações sobre o ataque de um cão ao cinegrafista da TV Band, Luiz Carlos de Jesus, enquanto cobria a repressão ao protesto dos professores. Foi atingido na perna e precisou ser submetido a uma cirurgia. Na finalização da matéria, há a nota da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos) que citou todos os profissionais feridos e, ao final, protestou contra o emprego de violência pela PM. Nesta matéria também houve o predomínio da categoria Repressão, com a ênfase no repúdio à ação policial.

Em 30 de abril de 2015, o Portal republicou uma matéria dos Jornalistas Livres – rede de coletivos originada na diversidade, que produz reportagens em contraponto à mídia tradicional centralizada e centralizadora, intitulada “Jornalista paranaense revela detalhes do massacre de 29 de abril”². Apesar de se enquadrar como gênero opinativo, é importante citá-la devido ao detalhamento da ação violenta de policiais militares contra servidores públicos do Paraná, o atendimento improvisado às vítimas no prédio da Prefeitura de Curitiba, os vídeos com os feridos deitados sendo veiculados na internet, o impacto da aprovação do projeto de lei para o funcionalismo. No texto, o jornalista relembra a repressão ao protesto de professores da rede estadual sob o governo de Álvaro Dias, quando em 30 de agosto de 1988 a Polícia Militar reprimiu, no mesmo Centro Cívico de Curitiba, um protesto de professores da rede estadual, e cita também a investigação pela qual a administração de Richa é submetida, referente aos supostos pagamentos de propina a servidores da Receita Estadual de Londrina, no norte do Paraná.

A matéria seguinte: “Repressão da PM a professores no Paraná foi ‘uso desmedido da força’, diz Pepe Vargas”, traz a declaração do ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, que disse ser “inaceitável” a atuação truculenta e abusiva da PM que deixou mais de 200 feridos, sendo oito em estado grave.

Por meio da utilização das palavras: repressão, truculência, uso desmedido da força e violação de direitos humanos, reforça a identificação da categoria Repressão nesta matéria.

Na mesma data, a reportagem: “Por conta da repressão, professores do Paraná estudam ir à Justiça contra governo Richa” detalha a provável tomada de medida para responsabilizar o governo do estado e o presidente da Alep pela operação policial que deixou centenas de feridos em Curitiba. Foram ouvidas a secretária-geral da APP-Sindicato, o governador do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública.

Por meio das palavras-chave: “repressão, abusos de violência, ação policial, Justiça, provas, ação coletiva, mudança na previdência, atos de repúdio, excessos de policiais”, representa a

categoria Repressão. O texto deixa clara a busca por medidas de responsabilização pelos atos praticados.

No dia 3 de maio foi publicado: “Presidente do PSDB do Paraná pede a cabeça do secretário de Segurança Pública”. O deputado federal Valdir Rossoni, presidente do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) no estado do Paraná, publicou um texto no Facebook em que condenou a operação policial e coloca a responsabilidade sobre o secretário de segurança pública, Fernando Francischini. O portal publicou a nota na íntegra. Foram bastante recorrentes as palavras: responsabilidade, massacre, desmandos, exageros. Também se refere à categoria Repressão, neste caso, a mostra de insatisfação com a operação policial.

Na matéria publicada dia 5 de maio de 2015: “Protestos em resposta ao massacre do Paraná acontecem nesta terça-feira”, a categoria de professores realiza manifestação em Curitiba e orienta protestos em nível nacional contra a violência e pela democracia. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) anunciaram um dia nacional de mobilizações em solidariedade aos professores do Paraná agredidos no dia 29 de abril, bem como para cobrar de governadores e prefeitos o cumprimento do piso nacional da categoria, de acordo com o reajuste de 13,01%. Estavam marcados caminhada e ato político no Centro Cívico.

Foram consultadas a secretária-geral da CNTE e a presidenta do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de S. Paulo (APEOESP). As palavras mais recorrentes são: protestos, massacre do Paraná, dia nacional de mobilizações, solidariedade, cumprimento do piso, reajuste, ato político. A categorização destaque é da Repressão, mostrando a motivação por novos protestos a fim de denunciar a violência praticada em 29 de abril.

Considerações finais

De fato, o estudo em questão proporcionou uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas revistas brasileiras de circulação nacional *Carta Capital* e *Revista Fórum* na construção dos sentidos que envolvem o Massacre do Centro Cívico.

Em relação à revista *Carta Capital*, mesmo com uma cobertura mais breve, foi possível conferir também uma cobertura mais elaborada e plural porque examina bastante os acontecimentos. Também representa de maneira útil e positiva as razões do movimento e seus manifestantes. Reforça a importância do protesto e substancialmente critica a atuação truculenta da polícia e, sobretudo, do governo do Paraná. Define esses

protestos como uma reivindicação social legítima e a atuação policial como excessiva, truculenta, desproporcional e desnecessária.

A cobertura da *Revista Fórum* enfatizou as consequências da repressão policial contra os servidores em greve: detalhamento do número de feridos e nomeação – no caso os profissionais da imprensa, nota de repúdio de instituições, relato de jornalistas que presenciaram a truculência, entrevistas com autoridades da pasta de Direitos Humanos e sindicato dos professores.

A análise de conteúdo permitiu afirmar que a cobertura dos veículos em questão concebe esses protestos como possibilidade dos sujeitos, como atores principais na esfera pública, de aperfeiçoarem, ampliarem e disseminarem a cidadania. A atuação política no episódio, no entanto, é retratada pela *Carta* como autoritária, desastrosa e inconcebível.

Concluindo, deve-se considerar, em uma análise mais abrangente sobre esse episódio, que diversos veículos independentes, os comandos de greve, os cidadãos mobilizados nas redes sociais e os sindicatos se posicionaram e fizeram circular discursos diferentes, mais plurais e transparentes diante dos esforços do governo do Paraná em construir uma opinião pública favorável. A atuação da sociedade civil nesse episódio ocorreu por meio da articulação em rede viabilizada pelas mídias alternativas.

NOTAS

- 1 Fonte: www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174.
- 2 Recuperado de jornalistaslivres.org.

REFERÊNCIAS

- Atton, C. (2001) *Alternative media*. London: Sage.
- Bardin, L. (2009) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: LDA.
- Dallari, D. A. (1986) *O Estado federal*. São Paulo: Ática.
- Downing, J. D. H. (2002) *Mídia Radical – Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (2ª Ed). Ed. Senac. São Paulo.

Fiorucci, R. (2011) A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 455-481, maio-ago. Recuperado de: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36208>

Gadini, S.L. (2015) Memórias, vidas em risco e alguns desafios da pesquisa em jornalismo no Paraná. In S. L. Gadini (Org.), *Coberturas jornalísticas (de)marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015* (pp. 13-17). Ponta Grossa: Estúdio Texto.

Gohn, M. da G. (2011) Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 47, pp. 333-361, maio-ago.

Gohn, M. da G. (2012) *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

IBGE. (2016) *Contas Regionais do Brasil 2014: Produto Interno Bruto – PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Contas Regionais 2014: cinco estados responderam por quase dois terços do PIB do país. IBGE.

Lopes, M. I. V. de. (2003) *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola.

Luvizotto, C. k. (2016) Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, v. 30, pp. 297-312. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2499

Moraes, D. de. (2010) *Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder* (5ª ed). Rio de Janeiro: Record.

Oliveira, D. de. (2009) Jornalismo alternativo: o utopismo iconoclasta. *VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor*. São Paulo: ECA/USP.

Pontes, F. S. (2015) As mediações de um fato social: o uso dos frames Black bloc na cobertura midiática do massacre de 29 de abril. In S. L. Gadini (Org.), *Coberturas jornalísticas demarcadas: a greve dos professores na mídia paranaense* (pp. 82-99). Ponta Grossa: Estúdio Texto.

Rocha, B. L., Jacobus, R., Cavalcanti, R. (2011). A indústria da comunicação social brasileira nas eleições presidenciais de 2010. In V. C. Brittos, *Economia política da comunicação: convergência tecnológica e inclusão digital* (pp. 155-182). Rio de Janeiro: Mauad X.

Scherer-Warren, I. (2014) Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, v. 13 (28), pp. 13-34. DOI: 10.5007/2175-7984.2014v13n28p13

Vilas Boas, S. (1996) *O estilo Magazine*. O texto em revista. São Paulo: Summus.

Xavier, C. (2009) O Nanquim e o curso de comunicação da UEPG/PR. In K.

J. Woitowicz (Org.), *Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil* (pp. 147-156). Ponta Grossa: Ed. UEFG.

Zucco Jr., C. (2007) Ideology or What? Legislative behavior in Multiparty Presidential Settings. *CSDP Lunch Seminar*. Princeton University, out.

Caroline Kraus Luvizotto. Socióloga. Doutora em Ciências Sociais. Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Bauru-SP, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. Email: caroline@faac.unesp.br.

Conteúdo intelectual e científico do estudo, revisão crítica.

Ana Cristina Consalter Amôr. Jornalista. Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru-SP, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. Email: anaconsalteramor@gmail.com.

Conteúdo intelectual e científico do estudo, levantamento de dados e análise.

Priscila Santana Caldeira. Jornalista. Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru-SP, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. Email: priscilasantanacaldeira@gmail.com.

Conteúdo intelectual e científico do estudo, levantamento de dados e análise.

RECEBIDO EM: 15/08/2017 | ACEITO EM: 22/11/2017